

DESARQUIVADO



CÂMARA DOS DEPUTADOS

ASSUNTO: (DO SR. PADRE ROQUE)

95

DE 19

Institui a Tribuna Livre na Câmara dos Deputados.

DESPACHO: 10/10/95: DECORRIDO O PRAZO PREVISTO NO PARÁGRAFO 1º DO ARTIGO 216 DO RICD, ENCAMINHE-SE À CCJR E À MESA.

AO ARQUIVO em 25 de 10 de 19 95

61

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº

DISTRIBUIÇÃO

- Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_
- O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_
- Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_
- O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_
- Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_
- O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_
- Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_
- O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_
- Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_
- O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_
- Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_
- O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_
- Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_
- O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_
- Ao Sr. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ 19\_\_\_\_
- O Presidente da Comissão de \_\_\_\_\_

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 61, DE 1995  
(DO SR. PADRE ROQUE)



Institui a Tribuna Livre na Câmara dos Deputados.

(DECORRIDO O PRAZO PREVISTO NO PARÁGRAFO 1º DO ARTIGO 216 DO RICD, ENCAMINHE-SE À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO E À MESA)





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Publica-se Decretado o prazo previsto no S. 1º do art. 216 do RICD encaminha-se a Comissão de Constituição e Justiça e de Redação e a Mesa e por cópia à Comissão Especial destinada a elaborar anteprojeto com vistas à reforma do RICD.  
Em 26-05-99 DOS CÂMARA DOS DEPUTADOS PRESIDENTE

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 61 DE 1995.  
(Sr. PADRE ROQUE)

Institui a Tribuna Livre na Câmara dos Deputados.

Art. 1º Fica instituída a Tribuna Livre na Câmara dos Deputados.

Art. 2º A Tribuna Livre tem por finalidade servir, em especial e principalmente, de Tribuna aberta aos representantes de entidades de classe, representantes de movimentos populares, representantes de associações de prefeitos e vereadores dos municípios brasileiros.

Art. 3º Somente poderá fazer uso da Tribuna Livre o representante de entidade de classe, representante de movimentos populares, representante de associações de prefeitos e vereadores dos municípios brasileiros, desde que se trate de entidades de caráter nacional e que:

I - proceda sua inscrição na Secretaria-Geral da Mesa, em livro próprio;

II - use a palavra em termos compatíveis com as exigências pertinentes ao decoro parlamentar, obedecendo às exposições do regimento interno da Câmara dos Deputados;

III - não faça promoção pessoal;

Art. 4º A Tribuna Livre somente poderá ser usada para exposição de matéria que, direta ou indiretamente, diga respeito a problemas brasileiros.

Art. 5º A pessoa que se habilitar a ocupar a Tribuna Livre, terá 20 (vinte) minutos para uso da palavra.

§ 1º Poderão inscrever-se mais de um orador, devendo, nesse caso, ser o tempo dividido entre os inscritos.

§ 2º Os inscritos serão informados pela Secretaria-Geral da Mesa, da data da sessão em que poderão ocupar a Tribuna Livre, de acordo com a ordem de inscrição, ou da oportunidade do assunto, a critério da Mesa.

Art. 6º A Presidência advertirá o orador que se expressar com linguagem imprópria, cometendo abuso ou desrespeito ao Regulamento desta casa.

Parágrafo único. O orador responderá pelos conceitos que emitir ou abusos que cometer.

Art. 7º O orador não poderá, sem permissão, ser aparteado durante o período em que estiver fazendo uso da palavra.





Art. 8º O orador somente poderá ocupar a Tribuna Livre:

- I - mediante nova inscrição;
- II - transcorrido um prazo mínimo de 60 (sessenta) dias;
- III - não havendo prejuízo para inscrições de outros oradores.

Art. 9º A palavra dos oradores será incluída, à parte, nas notas taquigráficas e nos seus respectivos resumos, para fins de publicação no Diário do Congresso Nacional.

Art. 10 A Tribuna Livre será realizada às segundas-feiras da segunda semana de cada mês, após o Pequeno Expediente, iniciando-se às 15 (quinze) horas, com a duração improrrogável de 2 (duas) horas, e oficialmente divulgado pela Secretaria-Geral da Mesa, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, no Diário do Congresso Nacional, devendo constar da divulgação os nomes dos oradores, bem como o assunto sobre o qual versará.

Art. 11 A Mesa regulamentará esta resolução no prazo de 30 (trinta) dias de sua vigência.

Art. 12 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13 Revogam-se as disposições em contrário.

## JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Resolução da Tribuna Livre objetiva abrir espaço para aqueles que são representantes do povo e que vivem o processo de desenvolvimento e transformação do dia a dia na comunidade local ou regional, o que viria somar forças com o Poder Legislativo no atendimento aos anseios da Nação.

Desde 1964, o Poder Legislativo perdeu, como parte de suas garantias, a independência em relação ao Poder Executivo em várias de suas funções. O voto só terá real valor à medida em que seja assegurado ao eleitor a intenção inequívoca dos parlamentares no sentido de legislar em nome da causa pública, em defesa dos interesses maiores da sociedade. Porém, com mais representantes do povo manifestando a vontade do povo na Tribuna Livre,





haverá maior valorização em se apreciar um Projeto de Lei apresentado por deputado, independente de sua sigla partidária.

A Tribuna Livre virá contribuir para o avanço das organizações populares, aumentar o grau de comprometimento dos parlamentares com a coisa pública e estimular a sociedade ao aprimoramento político, sem, contudo, querer substituir a organização direta dos trabalhadores e do povo, nem as suas lutas reivindicatórias. Ao contrário, visa a ampliar o espaço das entidades populares nos assuntos políticos, tomando, através dos parlamentares, medidas sociais que favoreçam a sociedade e a classe trabalhadora.

É este o Projeto que temos a honra de submeter aos nobres Colegas, na certeza de que seja transformado em Lei interna.

Sala das Sessões, 10 de outubro de 1995.

Deputado PADRE ROQUE

18/10/95

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Pág. 26

RELATORIO DE PROPOSIÇÕES

Protocolo = 4319

---

Proposição: **PRC 0061/95**

Autor: PADRE ROQUE - PT / PR

Data Apresentação: 10/10/95

Ementa: Projeto de resolução que institui a Tribuna Livre na Câmara dos Deputados.

Despacho: Decorrido o prazo previsto no parágrafo primeiro do art. 216 do RICD, encaminhe-se a Comissão de Constituição e Justiça e de Redação e a Mesa.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

OF.GAB-PR Nº 45/99

Brasília, 23 de fevereiro de 1.999

Declaro, nos termos do art. 185, parágrafo único do RICD, o desarquivamento das seguintes proposições: PL 1661/96, PL 943/95, PL 362/95, PL 1882/96, PL 2107/96, PL 2223/96, PL 3080/97, PL 3178/97, PL 3714/97, PL 3012/97, PL 3050/97, PL 3800/97, PL 4242/98, PL 4280/98, PL 4375/98, PL 4729/98, PL 4886/98, PLP 101/96, PRC 61/95, PDC 456/97, PDC 630/98, RIC 4102/99, PEC 66/97, PEC 617/98, indetido quanto as proposições PL 645/95 e PL 1255/95 por terem sido arquivadas definitivamente. Oficie-se ao Requerente e, após, publique-se.

Em 24 de 02/99

PRESIDENTE

Senhor Presidente,

Em conformidade com o artigo 17, inciso II, alínea "d" e Art. 15, Parágrafo Único do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito, a Vossa Excelência, o desarquivamento das proposições de minha autoria, conforme relação anexa.

Certo do acolhimento, reitero-lhe o meu elevado apreço.

Atenciosamente,

**PADRE ROQUE**  
**Deputado Federal/PT/PR**

Excelentíssimo Senhor

**Deputado MICHEL TEMER**  
**Presidente**  
**CÂMARA DOS DEPUTADOS**





CÂMARA DOS DEPUTADOS

gure 87/03

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 61, DE 1995

Institui a Tribuna Livre na Câmara dos Deputados

**Autor:** Deputado PADRE ROQUE

**Relator:** Deputado NEY LOPES

#### I - RELATÓRIO

O Projeto de Resolução em epígrafe, de iniciativa do ilustre Deputado PADRE ROQUE pretende instituir a Tribuna Livre da Câmara dos Deputados.

Segundo seu autor, a Tribuna Livre tem por escopo servir de tribuna aberta aos representantes de entidades de classe, representantes de movimentos populares e representantes de associações de prefeitos e vereadores dos municípios brasileiros, desde que vinculados a entidades de caráter nacional.

A Tribuna Livre será realizada às segundas-feiras da segunda semana de cada mês, após o Pequeno Expediente, iniciando-se às 15 horas e com duração improrrogável de duas horas, somente podendo ser usada para exposição de matéria que diga





respeito a problemas brasileiros, sendo ocupada segundo a oportunidade do assunto, a critério da Mesa (arts. 4º, 5º e 10 do Projeto).

O Projeto em exame foi distribuído unicamente a esta Comissão, à qual compete apreciar a matéria quanto aos aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental e técnica legislativa, a teor do disposto no art. 32, inciso III, alínea a, do Regimento Interno.

Cabe assinalar que a proposição em foco está sujeita à deliberação do Plenário desta Casa, em face do que determina o art. 24, inciso II, alínea e, da Lei Interna.

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

Examinando o Projeto quanto à constitucionalidade formal e material, não vislumbramos qualquer óbice à sua tramitação nesta Casa, eis que a iniciativa não ofende qualquer norma ou princípio consagrado pela Lei Maior.

O Projeto de Resolução também não afronta qualquer legislação ordinária sobre a matéria ou os princípios que informam o ordenamento jurídico pátrio.

Contudo, quanto ao mérito da matéria regimental, parece-nos que o Projeto cuida de tema já legislado à abundância em nossa Lei Interna, além de atentar contra a sistemática adotada pelo Regimento Interno. Senão, vejamos.

O Regimento Interno já especifica diversas oportunidades de participação da sociedade civil nas atividades

Caixa 0

FIM DA CAIXA  
9999





parlamentares, no âmbito da Câmara dos Deputados. Desse assunto trata o Título VIII do Regimento, cujos capítulos disciplinam a iniciativa popular de lei (art. 252), as petições e representações (art. 253 e 254), as audiências públicas (arts. 255 a 258), o credenciamento de entidades e da imprensa (arts. 259 a 261) e outras formas de participação.

O capítulo dedicado às audiências públicas outorga a prerrogativa de oitiva das entidades da sociedade civil às Comissões, com o objetivo de instruir matéria legislativa em trâmite, bem como para tratar de assuntos de interesse público relevante, atinentes à sua área de atuação.

Resta evidente, portanto, que o legislador do Regimento Interno conferiu à matéria o merecido destaque, sem, contudo, deixar de preservar o momento de reunião plenária da Casa.

Com efeito, o Projeto em tela cria uma duplicidade de instâncias para a audiência de entidades da sociedade civil, mantendo as Comissões e instituindo a Tribuna Livre em Plenário. Nesse passo, além de ocupar parte do tempo destinado às reuniões das Comissões, também tomará parcela significativa do horário destinado ao Pequeno Expediente e à Ordem do Dia, o que certamente virá em detrimento da participação dos Parlamentares em Plenário, aos quais legitimamente compete a representação do povo no Legislativo.

Além disso, a proposição restringe as entidades que poderão se manifestar, limitando o acesso à tribuna a apenas três espécies de representantes, os de entidades de classe, os representantes de movimentos populares e os de associações de prefeitos e vereadores dos Municípios brasileiros. Nesse ponto, a iniciativa fica, a nosso ver, aquém da norma regimental, eis que a legislação em vigor não enumera as entidades que poderão prestar esclarecimentos no âmbito das Comissões. Se o objetivo da proposição é o de conferir mais espaço a representantes da sociedade civil, a norma deveria ser o mais abrangente possível, de forma a não excluir qualquer segmento social.





Pelas precedentes razões, manifestamos nosso voto no sentido da constitucionalidade, juridicidade e, no mérito da matéria regimental, pela rejeição do Projeto de Resolução nº 61, de 1995, restando prejudicada a análise dos demais aspectos pertinentes ao campo temático deste Colegiado.

Sala da Comissão, em 05 de 10 de 2000.

  
Deputado **NEY LOPES**  
Relator